A Animação Bíblica da Pastoral à Luz de 1Jo 4,4-6: escuta, discernimento e fidelidade ao Espírito

Biblical Animation of Pastoral Ministry in the light of 1 John 4,4-6: listening, discernment, and fidelity to the Spirit

André Soares[1]

Submetido em 31/12/2025
Aceito em 25/03/2026

RESUMO

Este artigo investiga os fundamentos bíblico-teológicos da Animação Bíblica da Pastoral (ABP) a partir de 1 Jo 4,4-6, articulando-os aos desafios eclesiais contemporâneos. Diante da secularização, da crise de identidade cristã e dos imperativos da nova evangelização, a exegese do texto joanino revela três eixos pastorais: (1) a filiação divina como fundamento da resiliência missionária (v. 4); (2) a escuta da Palavra como critério de fidelidade apostólica e comunhão eclesial (vv. 5-6a); e (3) o discernimento dos espíritos como salvaguarda contra o mundanismo e as falsas profecias (v. 6b). Metodologicamente, o estudo articula uma análise literário-teológica (com foco nas antíteses "Deus/mundo" e "espírito da verdade/espírito do erro", que qualificam o sentido bíblico de "escutar", "falar" e "discernir"), o diálogo com a teologia pastoral da ABP e a hermenêutica de documentos magisteriais. Como contribuição, propõe mediações concretas para a implementação da ABP nas comunidades, estruturadas no itinerário da escuta atenta, do discernimento espiritual e da fidelidade ao Espírito.

Palavras-chave: Animação Bíblica da Pastoral, 1 João, filiação divina, Palavra de Deus, discernimento espiritual, nova evangelização.

ABSTRACT

This article investigates the biblical-theological foundations of the Biblical Animation of Pastoral Ministry (ABP) through an exegesis of 1 Jn 4:4–6, articulating them with contemporary ecclesial challenges. In the context of secularization, the crisis of Christian identity, and the imperatives of the New Evangelization, the Johannine text reveals three pastoral axes: (1) divine filiation as the foundation of missionary resilience (v. 4); (2) attentive listening to the Word as a criterion for apostolic fidelity and ecclesial communion (vv. 5–6a); and (3) discernment of spirits as a safeguard against worldliness and false prophecies (v. 6b). Methodologically, the study integrates a literary-theological analysis (centered on the "God/world" and "spirit of truth/spirit

[1] Mestre em Teologia pela FAJE e Mestre em Leitura e Ensino na Bíblia pela EST. Professor do Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI, Nova Iguaçu, Brasil. E-mail: apsoares251106@gmail.com.

of error" antitheses, which define the biblical semantics of "listening," "speaking," and "discerning"), dialogue with ABP pastoral theology, and a hermeneutical engagement with recent documents of the Brazilian Bishops' Conference (CNBB, nn. 97 and 111). As a scholarly and pastoral contribution, the article proposes concrete pastoral mediations for implementing ABP in local communities, structured around an itinerary of attentive listening, spiritual discernment, and fidelity to the Holy Spirit.

Keywords: Biblical Animation of Pastoral Ministry, 1 John, divine filiation, Word of God, spiritual discernment, new evangelization.

1 Introdução: urgência de uma pastoral biblicamente animada

Muito já se refletiu sobre a Animação Bíblica da Pastoral (ABP), reconhecendo-a como eixo fundamental da missão evangelizadora da Igreja, tanto ontem quanto hoje. Contudo, essa articulação pastoral não nasceu de uma teoria abstrata, mas de um processo histórico concreto, impulsionado pela recepção da Constituição Dogmática *Dei Verbum* (DV 1965) e enraizado em iniciativas anteriores. No Brasil, o Movimento Bíblico já se estruturava desde o pós-guerra, motivado pela encíclica *Divino Afflante Spiritu* (1943) e pela formação de exegetas que, ao retornarem da Europa, fundaram a Liga de Estudos Bíblicos (LEB). Um marco importante foi o lançamento, em 1959, da Bíblia da Ave Maria, traduzida por frei João José Pedreira de Castro, primeira versão acessível à grande maioria dos fiéis.

Contudo, como bem observou o próprio frei João José, "colocar a Bíblia nas mãos do povo" era apenas o primeiro passo. Era necessário também formar leitores capazes de interpretá-la à luz da fé e da vida. Foi nesse contexto que, em 1971, por ocasião do cinquentenário da Arquidiocese de Belo Horizonte, surgiu o Mês da Bíblia – uma resposta pastoral concreta à dupla demanda: formar agentes bíblicos e desenvolver um método comunitário de leitura das Escrituras. Como registra o Portal das CEBs, "quis o Espírito Santo que nesta ocasião estivessem em Belo Horizonte a proposta pastoral do padre Alberto Antoniazzi e os cursos bíblicos de frei Carlos Mesters. O que resultou deste encontro já faz parte da História" (Orofino, 2021).

Ou seja, a Leitura Popular da Bíblia – que articula fé, vida e comunidade – não foi inventada por um único autor, mas emergiu de um encontro pastoral e eclesial, fortalecido por experiências comunitárias, especialmente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Frei Carlos Mesters, entre outros, contribuiu ao dar forma metodológica e linguagem teológica a essa prática já viva, sem jamais a ter originado.

O presente estudo, portanto, concentra-se num desenvolvimento posterior e institucional desse patrimônio: a consolidação da ABP como paradigma estruturante da ação evangelizadora. Esse amadurecimento foi orientado por documentos magisteriais que aprofundam a Dei Verbum, entre os quais se destacam: a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (Paulo VI, 1975), que coloca a Palavra no coração da evangelização; a Instrução a Interpretação da Bíblia na Igreja (Pontifícia Comissão Bíblica, 1993), que legitima abordagens plurais e contextualizadas; e o Diretório Geral para a Catequese (1997), que proclama a Sagrada Escritura como "alma de toda a ação catequética".

Dentro desta trajetória, a proposta aqui é refletir especificamente a ABP, conceito que ganhou contornos programáticos explícitos e urgência estratégica a partir do Documento de Aparecida (DAp, 2007) e da Exortação Pós-Sinodal *Verbum Domini* (VD, 2010). Estes documentos, ao retomarem e aprofundarem todo o ensinamento anterior, operam um salto qualitativo: deslocam o enfoque de uma prática bíblica setorial ou metodológica para uma dinâmica orgânica de impregnação e animação de toda a vida e

missão da Igreja pela Palavra de Deus. A ABP, portanto, não se opõe nem substitui as conquistas anteriores, mas as pressupõe e as projeta como princípio vital e motor de toda a ação pastoral.

É precisamente este "salto qualitativo" em direção a uma pastoral integralmente animada pela Escritura que se mostra como resposta imprescindível ao contexto desafiador do nosso tempo. A Igreja no início do terceiro milênio opera em um cenário sociocultural e religioso profundamente marcado por uma "mudança de época", caracterizada pela globalização, pelo pluralismo e pela secularização (DAp, n. 44). Este panorama apresenta um duplo desafio: por um lado, a sedução de um secularismo prático que marginaliza a fé para a esfera privada e, por outro, a proliferação de ofertas espiritualistas e religiosas fragmentadas, frequentemente desenraizadas da Tradição. Neste "areópago" complexo, onde a identidade cristã e a missão evangelizadora são postas à prova, não bastam ajustes metodológicos pontuais; torna-se necessária uma conversão pastoral profunda. É aqui que a ABP, conforme delineada por Aparecida e *Verbum Domini*, se revela não como uma opção, mas como uma exigência intrínseca da missão: uma conversão que implica recentrar toda a existência eclesial na escuta obediente e missionária da Palavra de Deus, único fundamento capaz de conferir identidade sólida e critério de discernimento frente aos espíritos do mundo.

É neste horizonte que a ABP se revela de urgência crítica. Ela não se reduz a uma técnica ou a um setor específico da ação eclesial, mas propõe-se como uma atitude fundamental, um "princípio motor" que deve permear todas as atividades da Igreja (Pontifícia Comissão Bíblica, 1993, p. 99). O Documento de Aparecida foi categórico ao afirmar que "tudo na pastoral deve partir da Palavra de Deus e por ela ser impregnado, de modo que a própria Palavra de Deus se torne, efetivamente, a alma da pastoral" (DAp, n. 247). Essa visão foi reafirmada no pós-sínodo pela exortação Verbum Domini, que insiste na necessidade de uma "conversão pastoral à escuta da Palavra" como condição para uma autêntica renovação eclesial (VD, n. 73).

É neste cenário de urgência eclesial que o presente artigo busca inserir-se, não como "mais uma" reflexão genérica, mas como uma contribuição específica e fundamentada a partir de um viés exegético-teológico, propondo-se a oferecer um alicerce bíblico sólido para a ABP, para tanto elegendo como eixo hermenêutico a passagem de 1Jo 4,4-6, texto situado no coração de uma carta que combate dissidências doutrinárias e éticas na comunidade joanina e que oferece uma "gramática espiritual" sintética e poderosa para a pastoral ao articular de forma orgânica três pilares que correspondem diretamente às dimensões constitutivas da ABP.

Primeiro, o pilar ontológico-identitário ("*Vós sois de Deus*"[2] – v. 4), no qual a consciência da filiação divina e da presença do "maior" – o Espírito em nós – frente ao "mundano" se erige como fundamento da fortaleza e da esperança missionária, fazendo com que a pastoral biblicamente animada brote de uma identidade renovada, e não de um ativismo ansioso.

Em seguida, o pilar epistemológico-comunicativo ("*Quem conhece a Deus nos escuta*" – v. 6a), onde a escuta obediente e comunitária da Palavra – encarnada no testemunho apostólico – estabelece o critério último da verdade e da comunhão, de modo que a pastoral encontra na escuta da Escritura, no Espírito, sua regra de fé e seu método de comunhão.

Por fim, o pilar praxiológico-discernidor ("*Nisto reconhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro*" – v. 6b), pelo qual a ação pastoral se configura, antes de tudo, como um exercício de discernimento espiritual, uma capacidade crítica conferida pela Palavra e pelo

[2] Para este artigo, utilizou-se a versão *A Bíblia* (2023) como referência para as citações bíblicas, na tradução da Editora Paulinas.

Espírito para distinguir entre as vozes do mundo e as inspirações autenticamente divinas (1Jo 4,1-3), resistindo assim ao mundanismo e aos falsos profetas.

Diante dessa proposta, o presente artigo busca evidenciar os fundamentos teológicos e sociorreligiosos da ABP, a partir de uma leitura aplicada de 1Jo 4,4-6. Para tanto, adota-se uma metodologia de teologia bíblica que articula três etapas interdependentes: inicialmente, realiza-se uma análise exegética rigorosa do referido trecho, considerando seu contexto literário imediato dentro da Primeira Carta de João, bem como sua estrutura, estilo, sintaxe, lexicografia e os conceitos-chave nele mobilizados[3] - notadamente "mundo", "espírito" e "escutar". Em seguida, procede-se à sistematização teológica dos princípios emergentes do texto, em diálogo crítico e fecundo com o Magistério recente da Igreja, especialmente os documentos que orientam a ABP no contexto latino-americano e brasileiro. Por fim, propõem-se orientações pastorais concretas para a implementação de uma pastoral radicalmente enraizada na Palavra de Deus, à luz da perspectiva joanina, visando sua efetiva inculturação nas comunidades eclesiais missionárias contemporâneas.

O objetivo final é demonstrar que 1Jo 4,4-6 não é apenas um texto iluminador, mas um *locus theologicus* (lugar teológico) que exige e possibilita uma prática pastoral renovada, capaz de responder, com fidelidade e criatividade, aos desafios do nosso tempo.

2 ABP: paradigma teológico-pastoral

2.1 Definição e Fundamento

A Animação Bíblica da Pastoral (ABP) constitui-se não como um departamento ou atividade setorial, mas como um paradigma integral que reorienta a autocompreensão e a práxis da comunidade eclesial. Sua definição mais amplamente acolhida – "A Animação Bíblica da Pastoral é um processo dinâmico que coloca a Palavra de Deus como alma de toda a ação eclesial" — foi formulada durante o I Congresso Nacional de Animação Bíblica da Pastoral, realizado em 2011, e posteriormente incorporada pelo Documento da CNBB nº 97[4] (CNBB, Doc. 97, n. 28). Essa formulação, de caráter vital e orgânico, desloca a Bíblia da posição de mero "recurso" pedagógico ou "fonte" doutrinal para assumi-la como princípio animador (*anima*[5]), isto é, como força vital que unifica, motiva

[3] A metodologia da exegese bíblica desenvolve-se segundo um itinerário específico de análise de um texto sagrado, composto por etapas que visam compreendê-lo em sua plenitude histórica, literária e teológica. São diversos os passos envolvidos nesse processo, os quais buscam captar, de forma abrangente, o sentido do texto que se pretende estudar. No presente artigo, contudo, adota-se uma exegese simplificada e focalizada, voltada aos aspectos essenciais para a reflexão bíblico-pastoral em questão. Para um aprofundamento mais sistemático do método exegético, conferir Schnelle (2004); Silva (2022).

[4] A Animação Bíblica da Pastoral (ABP) foi sistematizada de forma orgânica e programática pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) especialmente em dois documentos: Doc. 97 – *Discípulos e servidores da Palavra de Deus na missão da Igreja: Animação Bíblica da Pastoral* (2011), que estabelece os fundamentos teórico-pastorais da ABP como paradigma transversal; e Doc. 111 – *"E a Palavra habitou entre nós" (Jo 1,14): Animação Bíblica da Pastoral a partir das Comunidades Eclesiais Missionárias* (2022), que insere a ABP no novo itinerário missionário da Igreja no Brasil, inspirado pela *Evangelii Gaudium* (Francisco, 2013).

[5] A expressão "princípio animador" remete à raiz latina anima, que significa "sopro", "alento" ou "vida". No contexto da Animação Bíblica da Pastoral (ABP), a Palavra de Deus não é tratada como um objeto estático ou instrumental, mas como força viva que inspira, sustenta e orienta toda a ação pastoral — tal como a alma (anima) dá forma, unidade e movimento ao corpo. Essa compreensão está presente, por exemplo, no Documento da CNBB n. 97, que afirma: "A Animação Bíblica da Pastoral é um processo dinâmico que coloca a Palavra de Deus como alma de toda a ação eclesial". A metáfora ecoa a tradição

e orienta desde dentro todas as dimensões da vida da Igreja — da liturgia à caridade, da formação à ação missionária.

Esse paradigma repousa sobre três pilares fundamentais, profundamente enraizados na Tradição e no Magistério recente:

(1) *Princípio hermenêutico-cristológico:* a leitura de toda a Escritura encontra sua unidade, plenitude e chave de interpretação em Jesus Cristo, Verbo de Deus encarnado. Como ensina a DV, "as palavras de Deus, expressas por línguas humanas, tornaram-se à semelhança da linguagem humana" e "Deus falou por meio dos profetas e dos Apóstolos tudo quanto queria revelar à Igreja para sua salvação" (DV, n. 12-13). A centralidade de Cristo é, portanto, o critério que impede uma leitura fragmentária ou ideologizada e garante a fidelidade ao sentido profundo da Revelação (Pontifícia Comissão Bíblica, 1993, p. 97-99).

(2) *Princípio eclesiológico-comunitário:* o sujeito autêntico da leitura e da escuta da Palavra é a comunidade eclesial em sua totalidade, vivendo na comunhão da Tradição viva. O Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium*, recorda que "o Livro e o Povo de Deus estão indissoluvelmente unidos" e que a Bíblia "pertence ao povo convocado para lê-la e reconhecer-se nessa Palavra" (EG, n. 142). A ABP rejeita, assim, tanto o individualismo interpretativo quanto o clericalismo[6], afirmando que é no "nós" da Igreja, guiado pelo Magistério, que o Espírito conduz à verdade plena (2Pd 1,20).

(3) *Princípio metodológico-espiritual:* A *Lectio Divina*, uma das propostas da ABP, se apresenta como escola privilegiada e o método por excelência para viver a tríade da leitura popular da Bíblia: fé–vida–comunidade. Essa prática milenar – que percorre as etapas de *lectio* (leitura atenta), *meditatio* (meditação), *oratio* (oração) e *contemplatio* (contemplação), com natural prolongamento na *actio* (ação) – permite que a Palavra seja verdadeiramente assimilada, orada e transformada em vida (VD, n. 86-87). Ela educa para uma escuta orante e obediente, antídoto contra uma abordagem meramente técnica ou funcional da Bíblia.

2.2 Impasses pastorais para a ABP

A implementação da ABP depara-se com obstáculos culturais e eclesiais significativos no contexto atual, que exigem discernimento e superação.

Em uma cultura marcada pela eficiência e pelos resultados imediatos, existe a tentação de reduzir a ação pastoral a uma série de projetos e atividades desvinculados de uma espiritualidade profunda e de uma identidade teológica clara — ou seja, de privilegiar o "fazer" em detrimento do "ser" à luz do discipulado. A pastoral corre o risco de se tornar um "mero ativismo", esgotante e vazio, que substitui o "estar com" o Senhor pelo "fazer por conta própria" (EG, n. 77). A ABP, ao insistir que a Palavra é a "alma" de toda ação eclesial, confronta diretamente essa lógica, propondo que toda atividade pastoral seja fruto maduro da escuta orante e obediente da Palavra de Deus.

Também, reconhece-se uma "sutil" conformação da Igreja à mentalidade do mundo, que pode se manifestar tanto na busca de poder, prestígio e "auto-

bíblica de que "a letra mata, mas o Espírito vivifica" (2Cor 3,6) e a espiritualidade joanina, para a qual a Palavra "habita" entre nós (Jo 1,14), isto é, vive e atua na comunidade (Doc. 97 CNBB, n. 28).

6 "O clericalismo é uma verdadeira perversão na Igreja. O pastor tem a capacidade de ir na frente do rebanho para mostrar o caminho, ficar no meio do rebanho para ver o que acontece dentro dele e também ficar atrás do rebanho para garantir que ninguém seja deixado para trás. O clericalismo, ao contrário, pretende que o pastor esteja sempre na frente, estabeleça uma rota e se pune com a excomunhão aqueles que se afastam do rebanho. Em suma: é precisamente o contrário do que fez Jesus. O clericalismo condena, separa, chicoteia, despreza o povo de Deus" (Francisco, 2019 *apud* Lebra, 2020).

referencialidade" quanto na adoção acrítica de categorias sociológicas ou psicológicas em detrimento da sabedoria evangélica (EG, n. 93-97). Este "mundanismo" esvazia a força profética e a novidade do Evangelho. A ABP, ao centrar-se na Palavra que "*julga os pensamentos e as intenções do coração*" (Hb 4,12), oferece um permanente exercício de discernimento e conversão, chamando a Igreja à sua origem e fidelidade.

E, falando das Escrituras, apesar do seu acesso sem precedentes, persiste um amplo desconhecimento do seu conteúdo, estrutura e narrativa salvífica central. Este "analfabetismo" gera uma fé frágil, vulnerável a interpretações fundamentalistas ou esotéricas, e desarticula a capacidade de os fiéis darem razão de sua esperança (1Pd 3,15). A exortação VD já alertava para este perigo, enfatizando a necessidade urgente de uma "maior difusão da Sagrada Escritura" e de uma "formação bíblica mais incisiva" (VD, n. 73). A ABP se apresenta como o caminho para superar esta deficiência, promovendo um encontro vivo, pessoal e comunitário com o texto sagrado.

A Animação Bíblica da Pastoral é um tema que, longe de se esgotar em um único estudo, continua a desafiar e inspirar a Igreja em seus diversos contextos históricos e culturais. Sua atualidade é especialmente marcante nestes anos (2022-2025) em que se comemoram os 60 anos da abertura do Concílio Vaticano II — evento que reafirmou a centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja (*Dei Verbum*) — e em meio às transformações profundas impulsionadas pela era digital e pela consolidação das redes sociais no pós-pandemia da COVID-19 (2020-2022). Nesse cenário, caracterizado por novas formas de comunicação, comunhão e distanciamento, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são chamadas a repensar não apenas o que fazem, mas, sobretudo, como leem, interpretam e atualizam a Palavra de Deus em meio aos desafios contemporâneos. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo estabelecer um arcabouço bíblico-teológico a partir da análise de 1Jo 4,4-6, propondo, com base nessa leitura, caminhos concretos para uma pastoral enraizada na escuta obediente, no discernimento espiritual e na fidelidade ao Espírito, como exigência joanina para o testemunho cristão em meio ao "mundo", tal necessário nos tempos atuais.

3 Exegese de 1Jo 4,4-6: estrutura, sintaxe e teologia

3.1 Delimitação literária, contexto imanente e função teológica da unidade

A delimitação da perícope 1Jo 4,4-6 é solidamente fundamentada na estrutura argumentativa da Primeira Carta de João. Essa unidade funciona como o desfecho e a aplicação prática da seção dedicada ao *discernimento dos espíritos* (1Jo 4,1-6), inaugurada pelo imperativo programático: "Amados, não creias em qualquer espirito, mas examinai se os espíritos são de Deus" (1Jo 4,1). Longe de ser um apêndice, o trecho 4,4-6 constitui a formulação mais densa e teologicamente concentrada do critério joanino de pertença à comunidade cristã autêntica (Schnackenburg, 1980, p. 215).

Sitz im Leben[7] da passagem está claramente vinculado à crise comunitária provocada pela secessão de grupos dissidentes[8], mencionada em 1Jo 2,19 ("Saíram do nosso meio,

[7] *Sitz im Leben* (do alemão, "situação na vida") é um conceito fundamental da "história das formas" (crítica das formas) que se refere ao contexto sociocultural, religioso e histórico em que um determinado texto ou tradição oral foi originado e utilizado. Esse termo, amplamente empregado na exegese bíblica, busca identificar a função e o propósito de um texto dentro da comunidade que o produziu ou o transmitiu. Ver, por exemplo, Schnelle (2004, p. 86-87); Silva (2022, p. 267 e 394-396).

[8] Para um maior esclarecimento acerca do desenvolvimento dos grupos e dos conflitos subjacentes à discussão nas cartas joaninas, ver o cap. 2 de Soares (2023).

mas não eram dos nossos"). Esses grupos negavam a encarnação real de Jesus Cristo, afirmação teológica explicitada em 1Jo 4,2-3, onde o teste decisivo é a confissão de que "Jesus Cristo *vindo em carne*" ("*en sarki elelythota*")[9]. Segundo o consenso exegético moderno, essa negação não se reduz a uma divergência doutrinal abstrata, mas expressa uma ruptura espiritual e eclesial de profundo impacto, na medida em que a rejeição da encarnação dissolve o nexo entre Cristo, a comunidade e a história concreta da salvação (Schnackenburg, 1980, p. 210–218; Klauck, 2013, p. 219–223). Nessa perspectiva, o critério cristológico apresentado em 1Jo 4,1–3 não opera como mera verificação proposicional, mas como sinal visível de uma pertença espiritual anterior, fundada na comunhão com Deus e com o testemunho apostólico, de modo que a confissão correta se apresenta como fruto daqueles que são de Deus (*"ek tou Theou"*).

É precisamente essa dimensão relacional e eclesial do discernimento que 1Jo 4,4-6 torna explícita e radicaliza. Ao deslocar o eixo do argumento da confissão isolada para a origem espiritual dos sujeitos – "vós sois de Deus" ("*hymeis ek tou Theou este*") em contraste com "eles são do mundo" *("autoi ek tou kosmou eisin"*) – o texto reconfigura a verdade não como proposição abstrata, mas como filiação e pertença, discerníveis na capacidade de "ouvir" ("*akouo*") o testemunho apostólico. Como observa R. E. Brown, a verdade joanina não se define primariamente por enunciados doutrinais, mas por uma relação de comunhão que se manifesta na escuta obediencial da tradição apostólica (Brown, 2017, p. 508–515). A escuta, nesse contexto, não é um ato neutro de recepção intelectual, mas a expressão concreta da comunhão com o Espírito da verdade. Assim, os vv. 4–6 não substituem o critério cristológico dos vv. 1–3, mas o interpretam a partir de seu fundamento ontológico e comunitário: somente quem "é de Deus" pode confessar corretamente o Cristo encarnado, e somente quem permanece na comunhão eclesial é capaz de discernir, de modo efetivo, entre o Espírito da verdade e o espírito do engano, conforme a inclusão formada pelas expressões "Nisto conheceis o Espírito de Deus" ("*en touto ginoskete to pneuma*" – v. 2) e "disto conhecemos o Espírito" ("*ek toutou ginoskomen to pneuma*" – v. 6).

Do ponto de vista macroestrutural, Giurisato (1998, p. 87-92) demonstra que o bloco que se estende de 1Jo 3,23 a 5,4 forma uma unidade literária delimitada por três inclusões temáticas:

a) A inclusão da fé e do amor – aberta em 3,23 ("E este é o seu mandamento: que creiamos no nome de seu Filho Jesus Cristo e nos amemos uns aos outros") e retomada em 5,1-3;
b) A inclusão temática da fé, marcada pelo verbo "crer" ("*pisteuo*"), que aparece pela primeira vez em 3,23 e só retorna de forma significativa em 5,1-4;
c) A inclusão do mandamento do amor, articulada entre 3,23 e 4,21.

Dentro desse arcabouço, a subseção sobre o discernimento dos espíritos (4,1-6) funciona como ponte teológica entre os dois pilares joaninos: fé e amor. E o subtrecho 4,4-6 constitui o centro de gravidade hermenêutico dessa ponte, pois aí se articulam de maneira sintética três dimensões fundamentais da identidade cristã joanina:

a) A origem divina da comunidade fiel ("Vós sois de Deus", v. 4);
b) A missão vitoriosa contra o mundo ("vencestes o mundo", v. 4b);
c) O discernimento eclesial expresso na escuta da Palavra apostólica ("quem é de Deus ouve as nossas palavras", v. 6).

O texto opera com uma dicotomia antropológico-pneumatológica rigorosa, estruturada em torno de dois sujeitos e dois espíritos antagônicos:

[9] A transliteração da perícope (1Jo 4,4-6), foi consultado via software BibleWorks 7 (BibleWorks, 2006) e conferido em Bible Hub (2004-2026); cap. 1 de Soares (2023).

a) De um lado: **vós** – "vós sois de Deus" ("***hymeis*** *ek tou Theou este*", v. 4a) – e o "Espírito da verdade" ("*to pneuma tes aletheias*", v. 6a);
b) De outro: **eles** – "eles são do mundo" ("***autoi*** *ek tou kosmou eisin*", v. 5a) – e o "espírito do erro" ("*to pneuma tes planes*", v. 6b).

Essa dualidade não é meramente cosmológica, mas existencial e comunitária: define quem pertence à comunhão de Deus e quem, ao contrário, permanece sob a influência do mundo ("*kosmos*"), entendido em João como esfera de oposição a Deus (Bultmann, 1977, p. 71-73; Zevini, 2019, p. 132-135).

Fossati (2019, p. 154-158) ressalta que o vocabulário pneumatológico joanino não se refere a "espíritos" como entidades autônomas, mas a forças espirituais orientadoras da existência, que se manifestam em ensinamentos e condutas. Assim, "o espírito da verdade" é identificado com o Espírito Santo, que guia a comunidade à plena verdade (Jo 16,13), enquanto "o espírito do erro" denota toda influência que nega a encarnação e rompe a comunhão fraterna.

Importante notar que o verbo "ouvir" ("*akouo*") em 4,6 não é passivo, mas ativo e obediente: ouvir implica acolher, crer e permanecer na Palavra. Nesse sentido, o critério de pertença não é etnocêntrico e nem institucional, mas relacional e discipular. Como afirma Giurisato (1998, p. 89), "quem conhece a Deus nos ouve" estabelece uma epistemologia da comunhão: só se reconhece Deus verdadeiramente na escuta da Igreja que testemunha o Verbo encarnado.

Essa perspectiva é central para a ABP, pois recoloca a Palavra não como objeto de estudo, mas como lugar de encontro com Deus e com os irmãos. A escuta comunitária da Escritura torna-se, assim, o espaço privilegiado do discernimento espiritual e da fidelidade ao Espírito da verdade.

3.2 Análise estrutural e estilística

A perícope 1Jo 4,4-6 é construída com notável precisão retórica, utilizando de forma paradigmática os recursos estilísticos característicos da literatura joanina: paralelismos, antíteses binárias, fórmulas de identidade e inclusões temáticas. Essa arquitetura literária não é ornamental, mas profundamente teológica e pastoral, pois estrutura a percepção da realidade segundo a lógica da revelação: o mundo está dividido entre duas origens, duas falas e duas audiências espirituais. Como observa Giurisato (1998, p. 88), "a forma é o conteúdo" na Primeira Carta de João – a estrutura antitética traduz uma cosmovisão dual que não se opõe à unidade de Deus, mas expressa a decisão existencial exigida pelo encontro com o Verbo encarnado.

O trecho organiza-se em torno de três pares antitéticos interligados, que configuram uma progressão lógico-teológica:

3.2.1 Antítese de pertença ontológica

"Vós sois **de** Deus" ("*hymeis* ***ek*** *tou Teou este*" – v. 4a);
"Eles são **do** mundo" ("*autoi* ***ek*** *tou kosmou eisin*" – v. 5a).

Essa distinção não é geográfica ou social, mas ontológica e pneumática. A preposição "*ek*" ("de", "proveniente de") indica origem essencial: a comunidade fiel tem sua raiz em Deus; os dissidentes, no *kosmos* ("mundo"). Como ressalta Klauck, o "mundo" aqui não é a criação boa, mas a esfera espiritual organizada contra a revelação, marcada pela recusa da encarnação e pela autossuficiência. Essa antítese funda toda a argumentação subsequente (Klauck, 2013, p. 241).

3.2.2 Antítese de fala e escuta

"Eles falam segundo o mundo, e o mundo os ouve" (v. 5b);
"Nós somos de Deus. Quem conhece a Deus nos ouve" (v. 6a).

O discurso revela sua origem. A afirmação "falam a partir do mundo" ("*ek tou kosmou lalousin*") indica que a palavra dos dissidentes não é neutra, mas estruturalmente determinada por sua matriz espiritual, evidenciando a esfera da qual procede e pela qual é moldada (Brown, 2017, p. 512). Em contraposição, o testemunho da comunidade apostólica – expresso no "nós" do v. 6 – tem sua fonte na esfera divina e nasce da experiência autêntica da revelação. A escuta, por sua vez, funciona como critério reverso de pertença: não se escuta de modo aleatório, mas porque se pertence a Deus. O verbo ouvir ("*akouo*") possui, no pensamento joanino, um valor técnico e teológico, indicando a adesão obediente, fiel e contínua à revelação divina (FOSSATI, 2019, p. 156).

3.2.3 Antítese de discernimento espiritual

"Quem não é de Deus não nos ouve" (v. 6b);
"Nisto conhecemos o Espírito da verdade e o espírito do erro" (v. 6c).

O texto conclui-se com uma fórmula de reconhecimento comunitário – "a partir disto conhecemos" ("*ek toutou ginoskomen*") – que retoma e dá resposta ao imperativo inicial de 4,1, configurando um enquadramento exortativo coerente: "examinai os espíritos". O discernimento proposto não se fundamenta em critérios subjetivos nem em carismas individuais isolados, mas na comunhão viva com a tradição que professa Jesus Cristo vindo na carne. Conforme observa Schnackenburg (1980, p. 217), trata-se de um verdadeiro "critério comunitário de verdade", no qual o *"nós"* apostólico se estabelece como referência normativa da ortodoxia joanina.

A organização do texto em antíteses constrói um movimento circular e fechado: inicia-se pela afirmação da identidade – "vós sois de Deus" ("*ek toû Theou este*") –, desenvolve-se na manifestação concreta dessa pertença por meio da escuta, e culmina num critério objetivo de discernimento. O estilo é claramente paranético e assertivo, característico de um discurso voltado à consolação e ao fortalecimento da comunidade. A recorrência das expressões "de Deus" ("*ek tou Theou*") e "do mundo" ("*ek tou kosmou*"), juntamente com o uso contrastivo dos pronomes – "vós", "eles" e "nós" – desempenha uma função pedagógica e identitária: delimita os contornos da comunhão e salvaguarda a integridade da fé diante da dissidência.

Como sublinha Zevini, esse dualismo não é maniqueísta, pois não postula duas divindades opostas. Antes, é existencial e escatológico: o mundo já foi julgado pela vinda do Filho (Jo 12,31), e a comunidade vive na tensão entre a vitória já realizada ("vencestes" – "*nenikekate*" – v. 4) e a necessidade contínua de discernimento. Assim, a estrutura estilística de 1Jo 4,4-6 não apenas comunica uma doutrina, mas forma uma comunidade – exatamente o objetivo da Animação Bíblico-Pastoral: gerar sujeitos eclesiais capazes de viver, testemunhar e discernir a partir da Palavra de Deus (Zevini, 2019, p. 135).

3.3 Análise Sintática e Lexicológica

A densidade teológica de 1Jo 4,4-6 se expressa de modo particularmente intenso em sua sintaxe precisa e em seu vocabulário carregado de significados existenciais e comunitários. Cada estrutura gramatical e cada termo-chave funcionam como veículos de uma cosmovisão joanina que vincula identidade, pertença e verdade à relação com

Deus revelado em Jesus Cristo. A análise a seguir percorre os três versículos com atenção às nuances linguísticas, iluminadas pela exegese contemporânea.

Versículo 4: "Vós que sois de Deus, filhinhos, e tendes vencido a eles, pois grande é aquele que está em vós do que aquele que está no mundo".

Sintaxe: a expressão "vós sois de Deus" configura-se como uma fórmula de identidade ontológica. A preposição "de", com o sentido de "procedente de", não indica simples proximidade ou pertença externa, mas remete à origem constitutiva do sujeito – noção fundamental da teologia joanina da filiação (Brown, 2017, p. 512). Trata-se de uma afirmação absoluta, enunciada no indicativo presente, que exprime uma condição estável e permanente, independentemente de qualquer mérito humano.

A oração seguinte, "e tendes vencido a eles", apresenta-se no perfeito ativo, tempo verbal que assinala uma ação já consumada cujos efeitos permanecem no presente. A vitória, portanto, não é projetada para o futuro nem concebida como ideal a ser alcançado, mas afirmada como realidade escatológica já efetivada na comunidade, em virtude da presença operante do Espírito (Schnackenburg, 1980, p. 216).

A conjunção causal "porque" introduz o fundamento último dessa vitória: não a capacidade ou o esforço humano, mas a presença daquele que é designado como "o maior", isto é, o Espírito de Deus que habita nos fiéis.

Lexicologia: o vocativo "filhinhos" corresponde a um diminutivo de caráter afetivo, recorrente ao longo da Primeira Carta (2,1.12.28), e evoca proximidade, cuidado e proteção. Longe de expressar paternalismo ou condescendência, o termo reafirma uma relação filial já estabelecida, que constitui o pressuposto teológico de toda a exortação joanina (Giurisato, 1998, p. 86).

A expressão "aquele que está no mundo" é tradicionalmente associada, na exegese joanina, à figura do "príncipe deste mundo" (Jo 12,31; 14,30; 16,11). Bultmann (1977, p. 66) compreende essa referência não necessariamente como o demônio em sentido estritamente pessoal, mas como a personificação de uma esfera espiritual hostil a Deus, isto é, um princípio de oposição que estrutura a lógica interna do mundo. Essa oposição, contudo, não se apresenta de forma equilibrada: a designação do Espírito como "o maior" expressa uma clara superioridade ontológica e teológica em relação a qualquer poder mundano (Klauck, 2013, p. 222).

Elemento decisivo para a compreensão do texto é o significado do termo "mundo". Aqui, ele não se refere à criação material – que, no Evangelho de João, é reconhecida como obra boa de Deus (Jo 1,3.10) – nem à humanidade enquanto destinatária do amor divino (Jo 3,16). O termo designa, antes, uma ordem espiritual, social e ideológica estruturada em oposição à revelação. Trata-se do "mundo" entendido como esfera de resistência, marcado pela autossuficiência, pela mentira – sobretudo pela negação da encarnação (1Jo 4,2-3) – e pelo fechamento à comunhão fraterna.

Como observa Klauck (2013, p. 241), o "mundo" joanino corresponde à "realidade humana alienada de Deus, que se constitui como alternativa autônoma à comunhão com Ele". No horizonte da ABP, essa leitura revela-se particularmente relevante: o "mundo" não se limita a um adversário externo, mas manifesta-se como uma lógica interna capaz de infiltrar-se nas práticas pastorais, privilegiando critérios como eficiência, visibilidade ou adaptação cultural em detrimento da fidelidade à Palavra encarnada. Assim, vencer o mundo significa resistir às estruturas – externas e internas – que dificultam ou impedem a escuta comunitária da verdade revelada.

Versículo 5: "Eles são do mundo; por isso falam segundo o mundo, e o mundo os escuta."

Sintaxe: a construção sintática apresenta uma lógica nitidamente causal e progressiva: a origem ("são do mundo") determina o modo de falar ("falam a partir do mundo"), o que, por sua vez, condiciona o destinatário do discurso ("o mundo os ouve"). A recorrência da ideia de procedência enfatiza que a mensagem dos dissidentes não apenas se dirige ao mundo, mas nasce de sua própria lógica interna.

A expressão conclusiva "por isso" estabelece uma relação argumentativa necessária e inevitável: a proveniência define tanto a natureza do discurso quanto o seu campo de recepção. Não se trata, portanto, de uma escolha estratégica ou pastoral, mas de uma consequência intrínseca da pertença. O verbo "ouve", empregado no presente, indica uma atitude contínua e habitual de acolhimento por parte do mundo, revelando uma sintonia estrutural entre emissor e receptor. Tal dinâmica reflete a lógica interna do *kosmos*, que reconhece e legitima apenas aquilo que lhe é familiar (Fossati, 2019, p. 155).

Lexicologia: o verbo "falar" ("*laleo*"), recorrente no vocabulário joanino, não designa aqui primariamente o conteúdo doutrinal específico – já tratado nos versículos anteriores –, mas a matriz espiritual a partir da qual o discurso é produzido. Conforme observa Zevini (2019, p. 135), trata-se de uma forma de comunicação que não passa pelo critério da encarnação nem pela mediação da comunhão fraterna; é um discurso autônomo, desvinculado da tradição apostólica e autorreferencial em sua lógica.

A afirmação "o mundo os ouve" evidencia uma relação de reciprocidade fechada: o mundo acolhe aquilo que confirma a sua própria visão de realidade e rejeita o testemunho que o interpela ou julga (Jo 3,19-20). Essa dinâmica revela como estruturas qualificadas como "mundanas" – inclusive em contextos eclesiais – podem gerar circuitos de autovalidação, nos quais o discurso circula sem confronto com a verdade revelada, resultando no progressivo silenciamento da Palavra de Deus.

À luz da ABP, esse discernimento joanino assume particular relevância. O texto adverte que a oposição entre "Deus" e "mundo" não se expressa apenas no nível do conteúdo explícito da fé, mas, de modo mais profundo, na origem espiritual do discurso e nos critérios que regulam sua recepção. Para a ABP, isso implica reconhecer que nem toda palavra que circula com eficácia, visibilidade ou aceitação social provém necessariamente da lógica da Palavra encarnada.

Vencer o "mundo", nesse horizonte, não significa rejeitar a realidade histórica ou cultural, mas resistir à sua absolutização como critério último de verdade. A ABP é chamada, portanto, a favorecer espaços comunitários de escuta crítica e orante da Escritura, nos quais o discernimento não se baseie na autoconfirmação, mas na fidelidade ao testemunho apostólico e à dinâmica da encarnação. Somente assim a Palavra pode romper circuitos fechados de legitimação interna e recuperar sua função profética de julgamento, conversão e comunhão.

Versículo 6: "Nós somos de Deus. Quem conhece a Deus nos escuta; quem não é de Deus não nos escuta. Nisto conhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro."

Sintaxe: o versículo organiza-se a partir de dois sujeitos contrastivos, formulados por meio de expressões substantivadas: "aquele que conhece a Deus" e "aquele que não é de Deus". A oposição estabelecida não se situa primariamente no plano moral, mas no nível ontológico e pneumático. No horizonte joanino, o verbo "conhecer" não designa um saber intelectual ou conceitual, mas uma relação pessoal de comunhão e adesão existencial (Brown, 2017, p. 514).

Consequentemente, o critério visível dessa relação é a escuta: quem "conhece a Deus" acolhe a palavra do "nós" apostólico. A escuta assume, assim, função reveladora

da pertença; ela não é um ato neutro, mas expressão concreta de comunhão. Acolher a palavra significa participar da realidade que ela comunica, ao passo que recusá-la indica uma ruptura de pertença.

A afirmação conclusiva "a partir disso conhecemos" retoma, no plano sintático e argumentativo, o imperativo anterior de "examinar os espíritos" e apresenta o seu critério verificável. O discernimento não se fundamenta em percepções subjetivas ou em intuições individuais, mas manifesta-se na resposta concreta e comunitária à Palavra proclamada. Trata-se, portanto, de um discernimento eclesial, cuja verificação ocorre no interior da comunhão (Giurisato, 1998, p. 91).

Lexicologia: a expressão "Espírito da verdade" remete diretamente à pneumatologia do Quarto Evangelho, onde o Espírito Santo é apresentado como aquele que conduz à verdade plena, isto é, ao testemunho autêntico sobre Jesus (Jo 14,17; 15,26; 16,13). Em contraposição, a designação "espírito do erro" não se refere a uma entidade demoníaca específica, mas a toda influência que desvia da confissão da encarnação e compromete a unidade da comunidade (Fossati, 2019, p. 158).

Os termos "verdade" e "erro" assumem aqui caráter personalizante, pois se concretizam em discursos, opções existenciais e formas de pertença. Não se trata de conceitos abstratos, mas de realidades discerníveis na prática da fé. Como observa Zevini, não existe neutralidade espiritual: toda palavra e toda escuta revelam a procedência do espírito que as anima (Zevini, 2019, p.158).

No horizonte da ABP, este texto oferece um critério decisivo de discernimento eclesial. A fidelidade à Palavra não se mede apenas pela correção formal do discurso, mas pela capacidade de escuta que gera comunhão. A ABP é, assim, chamada a promover uma prática de escuta comunitária da Escritura que permita verificar se as palavras que circulam nas comunidades nascem do "Espírito da verdade" ou se expressam lógicas de fragmentação e autossuficiência.

Além disso, o texto adverte contra a tentação de reduzir o discernimento espiritual a experiências individuais ou a critérios subjetivos. O verdadeiro discernimento, segundo a perspectiva joanina, acontece no interior da comunidade apostólica, onde a Palavra é acolhida, confrontada e vivida. Para a ABP, isso implica fortalecer espaços e processos nos quais a escuta da Escritura conduza à comunhão, à confissão encarnada da fé e à unidade do testemunho cristão.

3.4 Relevância pastoral: o tripé joanino para a ABP

A leitura integrada de 1Jo 4,4-6 oferece à ABP um tripé teológico-pastoral sólido, profundamente enraizado na espiritualidade joanina e capaz de orientar a evangelização em contextos marcados por relativismo, fragmentação comunitária e crise de autoridade espiritual. Longe de ser um mero apelo doutrinal, o texto convoca a Igreja a viver a partir de uma identidade recebida, de uma escuta comunitária e de um discernimento espiritual contínuo. Três pilares se articulam organicamente:

3.4.1 Filiação divina como fundamento da missão (v. 4)

A afirmação "Vós sois de Deus, filhinhos" não é apenas uma palavra de consolo, mas a declaração ontológica que fundamenta toda a identidade e missão da comunidade. A vitória sobre o mundo não resulta de estratégias humanas, mas da presença daquele que é "maior do que o que está no mundo" – o Espírito de Deus que habita nos fiéis. Segundo Schnackenburg (1980, p. 216), essa filiação é a fonte da coragem espiritual em tempos de secularização, pois revela que a eficácia da missão não depende de recursos ou visibilidade, mas da fidelidade à origem divina.

Para a ABP, isso implica que a evangelização não brota da eficiência técnica, mas da consciência filial: só quem sabe de onde vem pode testemunhar com liberdade, firmeza e humildade. Assim, a identidade precede a ação – e a Palavra, acolhida na comunidade dos filhos, torna-se fonte de vida e missão (Giurisato, 1998, p. 86).

3.4.2 Escuta comunitária como núcleo eclesiológico (vv. 5-6a)

O contraste entre "eles, que são do mundo" e "nós, que somos de Deus" revela que a escuta do testemunho apostólico é o sinal visível da pertença à comunhão de Deus. Como sublinha Brown (2017, p. 514), o verbo grego "*akouo*" – "ouvir" – no pensamento joanino implica adesão obediente, permanência e comunhão existencial — não é um ato isolado de recepção, mas um modo de existir na Igreja.

Nesse sentido, a animação pela Palavra não é um "serviço complementar" à pastoral, mas seu núcleo constitutivo: a Igreja se constitui precisamente como comunidade que ouve, transmite e vive a Palavra encarnada. Giurisato (1998, p. 91) reforça que, em João, não há verdade sem escuta, nem escuta sem comunhão. A ABP, portanto, não se limita a "ler a Bíblia", mas busca formar comunidades que se deixem transformar pela escuta comum da voz do Ressuscitado, mediada pela tradição apostólica.

3.4.3 Discernimento espiritual como prática comunitária (v. 6b)

O encerramento do trecho – "Nisto conhecemos o Espírito da verdade e o espírito do erro" – oferece à ABP um critério espiritual concreto e comunitário para enfrentar os "espíritos" do tempo presente: ideologias que negam a encarnação, discursos que reduzem o Evangelho a moralismo ou misticismo desencarnado, e práticas pastorais que se secularizam sob o pretexto de "atualização".

Como observa Fossati (2019, p. 158), o "espírito do erro" ("*to pneuma tes planes*") não se manifesta apenas em heresias explícitas, mas em desvios sutis de linguagem, estrutura e prática pastoral que obscurecem a centralidade do Verbo feito carne. O discernimento, portanto, não é tarefa de "especialistas", mas de toda a comunidade que permanece na Palavra. A ABP, ao promover a leitura orante, comunitária e contextualizada da Escritura, forma sujeitos eclesiais capazes de distinguir os espíritos à luz do testemunho apostólico, tal como Zevini (2019, p. 159) destaca: o critério não é teórico, mas existencial e comunitário.

4 Contribuições teológicas para a ABP

A análise exegética de 1 João 4,4-6, situada no coração da controvérsia com os dissidentes "anticristos" (2,18-19), oferece pilares teológicos fundamentais para a ABP. Estes versículos não são apenas uma exortação moral, mas uma proclamação kerygmática sobre a origem, o critério e a missão da comunidade. À luz da exegese. podemos extrair três contribuições estruturantes:

4.1 Eclesiologia da filiação: o *ser* (de Deus) como fundamento do *fazer* pastoral

A declaração "Vós sois de Deus" (v. 4a) constitui o fundamento ontológico da comunidade joanina. Como destaca Schnackenburg (1980, p. 213), esta expressão define a "proveniência" e a "pertença" última dos fiéis, estabelecendo uma identidade que

precede e capacita qualquer ação. A vitória sobre os "falsos profetas" não é primeiro uma conquista estratégica, mas o reconhecimento da presença do "Maior" que habita na comunidade. Bultmann (1977, p. 67) enfatiza que esta filiação é um dom da fé, não uma qualidade intrínseca, o que a coloca permanentemente na esfera da graça.

Para a ABP, isso implica uma radical inversão de prioridades: antes de uma pastoral do *fazer* (ativismo, projetos), é necessária uma pastoral do "ser", centrada no *kerygma* identitário. O Documento da CNBB já alerta para o risco de uma leitura puramente funcional da Bíblia (CNBB, Doc. 97, n. 19). A animação, portanto, deve cultivar a experiência filial ("aos que creem no seu nome, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus" – Jo 1,12), tal como propõe Zevini (2019, p. 145), para quem a filiação divina é a chave hermenêutica para a vida comunitária. Uma pastoral biblicamente animada é aquela que, como sugere a DV (n. 21), faz da escuta da Palavra o lugar onde a identidade cristã é constantemente reatada e aprofundada.

4.2 Critério da escuta obediente: a palavra apostólica como princípio de comunhão e discernimento

O texto estabelece um critério epistemológico claro para discernir o "espírito da verdade" do "espírito do erro": a adesão à tradição apostólica ("*Quem conhece a Deus nos escuta*", v. 6a). Giurisato (1998, p. 278-280) demonstra, em sua análise retórica, como o autor utiliza o pronome "nós" de forma estratégica para se identificar com o testemunho originário e normativo, opondo-se ao subjetivismo dos dissidentes. Klauck (2013, p. 239) vê aqui a defesa de um "princípio da tradição" como fonte de unidade (1Jo 1,1-4)

Este ponto é crucial para a ABP. A "escuta obediente" não se configura como passividade, mas como um ato dinâmico, crítico e comunitário de se colocar sob o juízo da Palavra, tal como é transmitida e interpretada na Tradição viva da Igreja, conforme ensina a Pontifícia Comissão Bíblica em a Interpretação da Bíblia na Igreja (1993).

Nesse sentido, a *Lectio Divina*, a leitura popular da Bíblia e tantas outras expressões das CEB's tornam-se verdadeiras escolas desta escuta, nas quais a comunidade, guiada pelo Espírito, internaliza o critério apostólico para discernir e julgar a própria vida e a realidade histórica. Como observa Fossati (2019, p. 123), é precisamente essa adesão que gera autêntica comunhão (*koinonia*) e atua como antídoto contra o sectarismo e os individualismos interpretativos.

A ABP, assim, é chamada a promover uma leitura comunitária, orante e eclesial da Sagrada Escritura, em consonância com o "círculo hermenêutico" proposto pelo Documento de Aparecida (DAP, n. 248), no qual Palavra, vida, comunidade e missão se iluminam reciprocamente.

4.3 Dialética existencial e discernimento: a missão no mundo a partir da verdade recebida

A antítese "nós somos de Deus" / "quem não é de Deus" (v. 6) não desemboca num dualismo de fuga, mas num apelo ao discernimento como forma de missão. A expressão "o mundo inteiro jaz no poder do Maligno" (1Jo 5,19, contexto imediato) descreve uma condição, não uma condenação irrevogável. Brown (2017, p. 497) explica que "mundo" (*kosmos*) em João tem uma conotação principalmente negativa como esfera hostil a Deus, mas o próprio Deus ama o mundo (Jo 3,16). A tarefa da comunidade é, portanto, viver uma dialética crítica e amorosa.

Para a ABP, isso se traduz em uma "pastoral do discernimento". A comunidade, consciente de sua identidade filial e arraigada na Palavra, é chamada a "*pôr à prova os*

espíritos" (1Jo 4,1). Isso exige uma "capacidade de penetração" da realidade à luz do Evangelho (EG, n. 51). A animação bíblica não pode ser ingênua (assimilando acriticamente os valores do mundo) nem alienada (ignorando a realidade histórica). Deve formar para um juízo crítico, inspirado no "espírito da verdade", capaz de discernir ideologias, culturas e propostas, tal como o autor joanino discerniu a doutrina dos falsos profetas. É uma missão transformadora, que nasce da Palavra e por ela é constantemente interrogada e direcionada para "não se conformar com este mundo" (Rm 12,2), mas para o transfigurar a partir da Verdade recebida (VD, n. 99)

5 Considerações finais

A leitura de 1Jo 4,4-6 à luz da ABP revela que o desafio de sua implementação permanece atual. Mais do que definir o conceito ou descrever métodos de aplicação, torna-se indispensável compreender as disposições espirituais que habilitam – ou não – fiel (discípulo/discipula) a vivê-la com coerência e a perseverar na comunidade de fé. O percurso exegético aqui desenvolvido, ao identificar no texto joanino três fundamentos para a articulação entre identidade e práxis pastoral – a escuta comunitária, o discernimento crítico e a fidelidade ao Espírito –, demonstra que tais categorias não se esgotam na esfera acadêmica. Elas apontam, antes, para uma dinâmica vital: o conhecimento teológico deve converter-se em vida de fé, e a exegese, em compromisso eclesial.

Nesse horizonte, a ABP configura-se não como um programa adicional ou um setor institucional, mas como uma conversão pastoral profunda, exigida pela "mudança de época" contemporânea. Em um cenário marcado pela secularização prática, pelo analfabetismo bíblico e pela proliferação de discursos "autorreferenciais", a comunidade eclesial é chamada a recuperar a centralidade da escuta orante, da leitura comunitária e da fidelidade ao testemunho encarnado. Documentos como o de Aparecida e Documentos da CNBB (nº 97 e nº 111) encontram em 1Jo 4,4-6 um lastro exegético robusto para reafirmar que "tudo na pastoral deve partir da Palavra e por ela ser impregnado", transformando-a efetivamente na "alma" da ação evangelizadora. A filiação divina ("vós sois de Deus") desloca a pastoral do ativismo funcional para o "ser" em Cristo; a escuta do "nós" apostólico estabelece o critério epistemológico de verdade e comunhão; e o discernimento dos espíritos protege a comunidade contra as seduções do mundanismo e do individualismo religioso.

Embora este estudo se tenha concentrado nos fundamentos bíblico-teológicos da ABP a partir de uma perícope específica, abre-se um amplo horizonte de pesquisas futuras e de mediações práticas. No fundo, a ABP não se esgota na reflexão teórica, mas convoca a comunidade eclesial a enfrentar uma pergunta elementar: o que fazer com a Bíblia, agora que ela está em nossas mãos? Diante de uma cultura digital que fragmenta a atenção, acelera os ritmos e relativiza as verdades, torna-se urgente recuperar a clareza sobre o que a Escritura efetivamente é para o povo de Deus. Somente depois de reconhecer que a Bíblia não é mero repositório de informações ou instrumento de validação subjetiva, mas Palavra viva que gera identidade, comunhão e missão, será legítimo perguntar se somos, de fato, capazes de deixá-la animar nossa práxis pastoral. Nesse sentido, a implementação da ABP na contemporaneidade não exige novas técnicas, mas a formação de um sujeito eclesial renovado, capaz de escutar, discernir e testemunhar a partir da fonte que não seca.

Em última análise, iluminada por 1Jo 4,4-6, a ABP não é uma técnica de gestão eclesial, mas uma espiritualidade de comunhão e missão. Somente quando a comunidade reconhece sua origem em Deus, escuta com humildade a voz que vem da tradição

apostólica e exercita o discernimento no Espírito, ela se torna verdadeiramente sal da terra e luz do mundo (Mt 5). Fiel ao mandato missionário que lhe foi confiado, o povo de Deus é capaz de anunciar, com liberdade e esperança, o Verbo que se fez carne e continua a habitar, pela força do Espírito, no meio do seu povo.

Referências

BENTO XVI. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini* do Santo Padre Bento XVI ao episcopado, ao clero às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. *A Santa Sé,* Cidade do Vaticano, 2010. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html. Acesso em: 30 out. 2025

BÍBLIA português. *Nova Tradução.* São Paulo: Paulinas, 2023.

BIBLEWORKS, LLC. *Bible Works for Windows.* Versão 07. Norfolk: BibleWorks, LLC, 2006. 1 CD-ROM.

BROWN, Raymond E. *Le Lettere di Giovanni*. 2. ed. Assisi: Cittadella Editrice, 2017.

BULTMANN, Rudolf. *Le Lettere di Giovanni*. Brescia: Paideia Editrice, 1977.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Edições CNBB, 2007. Disponível em: https://anec.org.br/biblioteca/documento-de-aparecida-2007/ Acesso em: 30 out. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina. *A Santa Sé,* Cidade do Vaticano, 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em: 30 out. 2023.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. *"E a Palavra habitou entre nós" (Jo 1,14):* Animação Bíblica da Pastoral a partir das comunidades eclesiais missionárias. São Paulo: Paulinas, 2023. (Documentos da CNBB, 111).

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. *Discípulos e servidores da Palavra de Deus na missão da Igreja.* São Paulo: Paulinas, 2012. (Documentos da CNBB, 97).

FOSSATI, Mario. *Lettere di Giovanni / Lettera di Giuda.* Cinisello Balsamo: San Paolo, 2012.

FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco ao episcopado, clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual. *A Santa Sé,* Cidade do Vaticano, 2013. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 30 out. 2025.

GIURISATO, Giorgio. *Struttura e teologia della Prima Lettera di Giovanni:* Analisi letteraria e retorica, contenuto teologico. Roma: PIB, 1998.

KLAUCK, Hans-Josef. *Lettere di Giovanni*. Brescia: Paideia Editrice, 2013.

LEBRA, Andrea. Clericalismo. *Instituto Humanitas Unisino,* São Leopoldo, 25 set. 2020. Disponível em: https://ihu.unisinos.br/603184. Acesso em: 18 dez. 2025.

OROFINO, Francisco. 50 anos do Mês da Bíblia. *Portal das CEBs,* Rio de Janeiro, 13 jul. 2021. Disponível em: https://portaldascebs.org.br/50-anos-mes-da-biblia/. Acesso em: 19 dez. 2025.

NESTLE, Eberhard (ed.). 1 Ioannes 4. *In:* NESTLE 1904 Greek New Testament. *BIBLEHUB*, Glassport, 2004-2026. Disponível em: https://biblehub.com/nestle/1_john/4.htm. Acesso em: 10 abr. 2026.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. A Interpretação da Bíblia na Igreja. *A Santa Sé,* Cidade do Vaticano, 1993. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19930415_interpretazione_po.html. Acesso em: 30 out. 2023.

SCHNACKENBURG, Rudolf. *Cartas de San Juan*: Versíon, introduccíon y comentario. Barcelona: Herder, 1980.

SCHNELLE, Udo. *Introdução à Exegese do Novo Testamento.* São Paulo: Edições Loyola. 2004.

SILVA, Cássio Murilo Dias da. *Metodologia de Exegese Bíblica:* versão 2.0. 4. ed. São Paulo: Paulinas. 2022.

SOARES, André Pereira. *"Amados, não crede em qualquer espírito, mas examinai":* a ética comunitária joanina a partir da Primeira Carta de João (4,1–6). 2023. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://faculdadejesuita.edu.br/nos-somos-de-deus-quem-conhece-a-deus-escuta-nos-a-etica-comunitaria-joanina-a-partir-da-1a-carta-de-joao-41-21/. Acesso em: 29 dez. 2025.

ZEVINI, Giuseppe. *Le tre lettere di Giovanni*. Brescia: Editrice Queriniana, 2019.

Estudos Bíblicos

OPEN ACCESS

Distribuído sob Creative Commons
CC-BY 4.0
© 2025 aos autores.
Publicado e Distribuído por ABIB

Revista Oficial da ABIB –
Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica